

ANA PAULA CARDOSO CALHEIROS

TÍTULO: IDENTIFICAR AS PRÁTICAS DE CONTROLADORIA EM UMA
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANA.

CURITIBA

2015

Ana Paula Cardoso Calheiros

TÍTULO: IDENTIFICAR AS PRÁTICAS DE CONTROLADORIA EM UMA
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ.

Monografia apresentada ao Departamento
de Contabilidade , do setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná, como requisito para
obtenção do título de especialista em
controladoria.
Prof. Orientador: Luiz Rogério.

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria, saúde e disposição para concluir esta monografia.

Dedico esse trabalho a minha família em especial minha mãe, pois abriu mão de estar em sua casa em Manaus, para estar comigo me apoiando e sendo minha base para que eu pudesse chegar até aqui. Também minha filha que compreendeu e aceitou minha ausência por vários dias.

RESUMO

A monografia apresentada é um estudo de caso da Controladoria em uma Fundação da Universidade Federal do Paraná. Onde serão abordadas as principais entidades do Terceiro Setor, suas diferenças, características e tributações. Apresenta o histórico da Fundação, seus relatórios de prestações de contas do ano anterior ao da pesquisa, a controladoria e o *contoller* dentro da Fundação pesquisada.

Palavras-chave: Controladoria. Controller. Terceiro Setor. Fundação. Entidades.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2QUESTÃO DE PESQUISA.....	6
3 OBJETIVOS.....	7
3.1 OBJETIVO GERAL.....	7
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	7
4 JUSTIFICATIVA.....	8
5 METODOLOGIA.....	9
6DELIMITAÇÃO.....	9
7 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
7.1 O QUE SÃO ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR?.....	10
7.2 PRINCIPAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	13
7.2.1 Cooperativas.....	13
7.2.2Fundações.....	14
7.2.3Associações.....	14
7.2.4Entidades Sindicais.....	15
7.2.5 Entidades Religiosas.....	15
7.2.5 Entidades de Assistência a Saúde.....	16
7.2.6 Entidades de Assistência Social.....	16
7.3 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	18
7.4 A TRIBUTAÇÃO NO TERCEIRO SETOR.....	21
7.4.1 TRITUBOS.....	23
7.4.1.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).....	23
7.4.1.2 Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL).....	23

7.4.1.3 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	24
7.5 CONTROLADORIA.....	25
7.6 FUNDAÇÕES DE APIO.....	26
7.7 FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (FUNPAR).....	27
7.7.1 Histórico.....	27
7.7.2 Relatório de Atividades.....	28
7.7.3 A Controladoria na FUNPAR.....	34
7.7.4 O <i>Controller</i> na FUNPAR.....	35
8 CONCLUSÃO.....	37
9 CRONOGRAMA.....	38
10 REFERÊNCIAS.....	39

LISTE DE TABELAS

Tabela 1.0 – Diferenças entre Fundações e Associações.....	15
Tabela 2.0 – Objetivos das Entidades sem Fins Lucrativos e com Fins Lucrativos.....	19
Tabela 3.0 – Projetos por categoria.....	29
Tabela 4.0 – Projetos gerenciados pela FUNPAR em 2014	30
Tabela 5.0 - Demonstrativo de taxas recolhidas para a UFPR em 2014.....	31
Tabela 6.0 – Prestações de Contas.....	32

1. INTRODUÇÃO

Durante mais de três séculos a filantropia foi desenvolvida no Brasil sob a lógica da prática assistencialista, com predomínio da caridade cristã. Porém no final do século XIX essas instituições passaram por mudanças em sua forma de organização e administração.

No início do século XX o Estado começa a ter uma atuação maior na área social e a intervir na gestão administrativa e no financiamento dessas organizações, passando a exigir prestações de contas e submetendo-as a um controle administrativo.

No atual cenário em que algumas necessidades da sociedade civil não são atendidas pelos setores públicos e privado, o que faz com que um novo segmento social pode ser identificado, onde essas necessidades são supridas, conhecido como Terceiro Setor, ocupe um papel mais importante. Segundo Saraiva (2006, p. 25):

o mote para o terceiro setor é, basicamente, preencher uma lacuna cada vez maior entre o que os cidadãos demandam e o que é oferecido pelo Estado. Como essa também não é uma função da iniciativa privada, apresenta-se um espaço apropriado para disseminação de iniciativas que não são nem públicas tampouco privadas: um campo repleto de possibilidades para o Terceiro Setor.

Atualmente temos visto o aumento de estudos abordando o tema terceiro setor, onde o foco é entender este setor que para muitos ainda é desconhecido, bem como, buscar novas práticas para melhor gerir os recursos recebidos pelas entidades.

Ampliada a importância, aumentam-se as verbas alocadas, seja por instituições de financiamento custeadas por empresas ou pessoas, seja pelo

apoio do governo ou pela geração de receita atrelada a própria atuação deste setor.

Com este setor em crescimento e evidência, aumenta a necessidade de controles precisos para acompanhar a demanda e apresentar relatórios coerentes e ágeis da utilização dos recursos financeiros.

Essa monografia de final de curso é resultado de um contato profissional que tive com o terceiro setor, especificamente em uma Fundação de Apoio Educacional. Este trabalho estudará o conhecimento e a aplicação de alguns instrumentos de controladoria relacionados a uma Fundação da Universidade Federal do Paraná.

2. Questão de Pesquisa

O regime capitalista tem como característica a concentração de renda, que ocasiona a desigualdade social, nesse contexto notamos o Estado, denominado Primeiro Setor, cada vez menos atuante na questão social. Representantes do Segundo Setor, as Entidades Privadas estão sempre na disputa de mercado.

Entidades não governamentais, ou Entidades sem fins lucrativos, são conhecidas como Terceiro Setor, essas por sua vez vem se desenvolvendo em larga escala no Brasil.

Com o propósito de melhorar e dá transparência à gestão de recursos administrados por uma Fundação, este trabalho tem por objetivo identificar as práticas de controladoria em uma Fundação da Universidade Federal do Paraná.

Devido aos recursos recebidos de Pessoas Jurídicas através de contratos, convênios e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, vem à obrigatoriedade de prestações de contas, essas cada vez mais exigentes quanto aos controles e demonstrações da utilização desses recursos.

Diante desse contexto vamos estudar quais as práticas de Controladoria em uma Fundação a Universidade Federal do Paraná.

3. OBJETIVOS

a. – Geral

Identificar as práticas de Controladoria em uma Fundação da Universidade do Paraná.

b. Específico

3.2.1 Verificar as funções do Controller em uma Fundação da Universidade do Paraná.

3.2.2 Verificar o papel do Controller em uma Fundação da Universidade do Paraná.

3.2.3 Identificar a importância do Controller em uma Fundação da Universidade do Paraná.

4. JUSTIFICATIVA

Uma Fundação da Universidade Federal do Paraná está se destacando no contexto social e econômico em Curitiba, portanto é de suma importância aprimorar os controles para elaboração dos projetos adequados a sua realidade, com orçamentos bem elaborados e prestações de contas claras e em tempo hábil.

A grande preocupação das entidades sem fins lucrativos, é a aplicação dos recursos recebimentos, ou seja, como estão sendo geridos os contratos e convênios com elas firmado.

Quanto à escolha do tema pela pesquisadora, se deve ao fato de a mesma ter trabalhado alguns anos em uma Fundação de Apoio à Universidade do Estado do Amazonas, e se interessar em aplicar conhecimentos adquiridos e aprofundar-se sobre o assunto, para identificar as práticas de controladoria em uma Fundação a Universidade Federal do Paraná, empenhando-se na busca de soluções para que as entidades sem fins lucrativos inspirem confiança e tenham uma marca registrada como uma gestão de orçamentos bem elaborados e recursos aplicados dentro da legislação e prestações de contas transparentes e dentro do prazo de apresentação.

5. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos será realizada a pesquisa descritiva, pois a finalidade é descrever as práticas da controladoria no Terceiro Setor.

Será utilizada a abordagem qualitativa em procedimento de estudo de caso.

6. DELIMITAÇÃO

A pesquisa limitou-se em descrever a controladoria no terceiro setor, dando ênfase nas práticas de controladoria em uma Fundação da Universidade Federal do Paraná.

7. REFERENCIAL TEÓRICO

7.1 O QUE SÃO ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR?

Antes de entrarmos no assunto Terceiro Setor, podemos falar sobre cada setor da sociedade que está organizada juridicamente em três setores:

- Primeiro Setor - Representado pelo Estado, ou seja, as três esferas governamentais, Municipal, Estadual e Federal.
- Segundo Setor - Iniciativa Privada, são as empresas no geral: Indústria, Comércio e Serviços.
- Terceiro Setor – São as Entidades de interesse social, organizadas pela sociedade civil na busca de seus direitos e de suas necessidades.

Para estar enquadrado como instituição sem fins lucrativos segundo a (Lei n. 9790/99 art. 1º parágrafo 1)

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Vide Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Já na CF (2003, P.29) “As entidades são pessoas jurídicas de direito privado reguladas, quanto a sua criação e funcionamento, pelo Código Civil. Como reconhecimento da atuação dessas pessoas jurídicas, o poder público lhes concede benefícios como a imunidade e a isenção de tributos, além da concessão de títulos como de utilidade pública, registro e certificado nos

concelhos de assistência social e de organização da sociedade civil de interesse público.”

O conceito de Terceiro Setor é bastante abrangente, o antropólogo Rubem César Fernandes, define o Terceiro Setor como “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, nun âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (Abong, 2000, p.50-51).

Mckinsey&Company (2001, p.13) expõe que durante mais de três séculos a filantropia foi desenvolvida no Brasil sob a lógica da prática assistencialista, com predomínio da caridade cristã. Ricos filantropos sustentavam os educandários, os hospitais, as santas casas, os asilos e demais organizações que foram fundadas a partir do século XVIII. Foi somente no final do século XIX e início do XX que as instituições de assistência e amparo à população carente passaram por mudanças na sua forma de organização e administração, deixando de ser fundamentalmente orientadas por princípios de caridade cristã e da filantropia."

Segundo Szazi (2000, p.21) o terceiro setor tem as seguintes características:

Estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São por tanto excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.

Privadas: estas organizações não tem nenhuma relação institucional com governos, embora possam dele receber recursos.

Não distribuidora de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem “fins lucrativos” e sim, o destino que

é dado a estes quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.

Autônomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.

Voluntárias: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não remunerado). A participação dos voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

Podemos observar que é a finalidade que ligam essas instituições, ou seja, sempre focada no auxílio à sociedade.

Light (2002) expõe que em pesquisa realizada nos Estados Unidos com pessoas ligadas ao Terceiro Setor, identificou fatores que levariam as Organizações do Terceiro Setor a alcançar seus objetivos e os resultados obtidos por ele mostram que as maiores preocupações dessas organizações são: Atingir seus objetivos sociais e obter recursos para sua própria sobrevivência.

Porém para Milani Filho (2004) as organizações deveriam oferecer aos seus stakeholders informações úteis e confiáveis para o monitoramento dos recursos alocados e avaliação das ações sociais.

A fim de evitar equivocadas interpretações, devemos atentar para o fato de que uma instituição sem fins lucrativos é aquela que não visa à distribuição de seus resultados. Aires Barreto e Paulo Ayres Barreto (1999, p.23). ensinam que para que uma instituição possa ser apontada como desprovida de fins lucrativos, é imperioso que ela preencha dois requisitos, quais sejam: não distribuição de lucros e não revertimento de seu patrimônio às pessoas que as criaram ou dirigem.

7.2 PRINCIPAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

7.2.1 Cooperativas

Conforme o Portal de Contabilidade¹:

“As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regi-me jurídico das Cooperativas.

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A sociedade cooperativa apresenta os seguintes traços característicos:

- É uma sociedade de pessoas.
- O objetivo principal é a prestação de serviços.
- Pode ter um número ilimitado de cooperados.
- O controle é democrático: uma pessoa = um voto.
- Nas assembléias, o “quorum” é baseado no número de cooperados.
- Não é permitida a transferência das quotas-par-te a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- Retorno proporcional ao valor das operações.
- Não está sujeita à falência.
- Constitui-se por intermédio da assembleia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial e publicados.
- Deve ostentar a expressão “cooperativa” em sua denominação, sendo vedado o uso da expressão “banco”.
- Neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial.
- Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Saliente-se que a cooperativa existe com o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade comum econômica, sem que tenha ela fito de lucro”.

7.2.2 Fundações

Fundação é um patrimônio personalizado afetado a um fim. Sua personalização ocorre porque sobre o patrimônio incide normas jurídicas que o torna sujeito de direitos e obrigações. Afetado a uma finalidade implica que seu objetivo é perseguir um interesse, sempre público, pré-determinado no ato de instituição.

Carlos Maximiliano assim define a fundação²:

“Denomina-se fundação um instituto com objetivo religioso, humanitário ou cultural, oriundo de liberalidade feita por meio de ato inter vivos ou causa mortis. Diverge da corporação ou sociedade; porque estas são formadas pela convergência da vontade de diversas pessoas, que administram e dirigem o conjunto; ao passo que advém aquela da resolução magnânima ou piedosa de um só indivíduo, que destina vultoso patrimônio para se constituir e manter a instituição por ele almejada. Em regra, ele mesmo indica o modo de funcionamento e a direção geral; não raro, incumbe sociedade já existente, do encargo de organizar e orientar a fundação”.

7.2.3 Associações

De acordo com o site terceiro-setor.info³:

“As associações são formadas por um grupo de pessoas que se reúnem para atingir um determinado fim. Ela não visa o lucro e, portanto, seus resultados financeiros não são divididos entre os participantes. Sua função é atender as áreas assistencial, ambiental, social, etc. Elas são dirigidas por um estatuto social, tendo adquirido ou não capital para sua abertura.

1 Portal de Contabilidade, acessado em 21/05/2015

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>

2 Citação de Gil Braga e Daniela Oliveira. Fundações Públicas: Breves Comentários, acessado em 21/05/2015 http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5001

Para sua constituição jurídica é necessário que ela, por ato jurídico inter vivos (transmitir bens ou direitos entre pessoas vivas), seja realizada uma assembleia geral com os associados para aprovação do estatuto e para depois realizar um registro em cartório. Após esse registro, para que a associação civil possa funcionar corretamente deve haver inscrição na Receita Federal para o CNPJ, registro INSS e prefeitura e inscrição na Secretaria da Fazenda para o registro de inscrição estadual.

O estatuto é o responsável por regular os direitos e deveres e definir outros elementos da instituição e dos associados. A extinção de uma associação só ocorre quando há uma Assembleia Geral Extraordinária e os associados realizem uma dissolução consensual (em concordância com todos os membros) ou quando é por determinação jurídica ou ato do governo, por dissolução legal. Seus patrimônios serão dados a uma entidade sem fins lucrativos designada no estatuto, caso contrário os associados escolherão uma outra instituição”.

7.2.4 Entidades Sindicais

Sindicato é a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais, de todos aqueles que como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, como profissionais liberais, exerçam, respectivamente, atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. (Citação Carlos Eduardo Kukoji)

7.2.5 Entidades Religiosas

A organização religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência do culto divino, de um carisma, de uma ideologia, de uma filosofia de vida que lhes forneça o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras.

As organizações religiosas são constituídas sob o manto confessional. São portadoras de um direito próprio que regula e disciplina sua vida, organização e atividades. Como exemplos deste tipo de organização podem ser citados: Igrejas, Dioceses, Prelazias, Mitras, Ordens, Congregações, Institutos de Vida Consagrada, Institutos de Vida Apostólica e outras.

7.2.5 Entidades de Assistência a Saúde

A prioridade para estas entidades é promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, prevenção e tratamento de doenças em geral, para toda a sociedade indistinta e incondicionalmente. Exemplo as Santas Casas de Misericórdia, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, Hospitais Filantrópicos, associação de prevenção e combate ao câncer, etc. (Citação Carlos Eduardo Kukojl)

7.2.6 Entidades de Assistência Social

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁴:

“A política de assistência social é realizada por meio de um conjunto integrado de ações e de iniciativas públicas e da sociedade. Esta atuação da sociedade ocorre por meio das organizações e entidades de assistência social, que não possuem fins lucrativos e que desenvolvem, de forma permanente, continuada e planejada, atividades de atendimento e assessoramento, e que atuam na defesa e garantia de direitos.

As entidades de assistência social fazem parte do Sistema Único de Assistência Social como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais e como co-gestoras, por meio da participação nos conselhos de assistência social.

As entidades de atendimento são aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, conforme Resolução CNAS nº 109/2005, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 34/2011.

As entidades de assessoramento prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011.

As entidades de defesa e garantia de direitos prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011”.

7.3 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As principais características para identificarmos uma instituição do terceiro setor são:

- Não lucrativa
- Não governamental
- Organizada
- Independente
- Promove interesses coletivos
- Possui capacidade de articulação
- Produz bens e serviços públicos

Para Drucker (1993, p.150) as instituições sem fins lucrativos há vinte anos atrás tendiam a acreditar que não precisavam gerenciar, porque elas não tinham lucros. Desde então, um número cada vez maior aprendeu que elas tem que gerenciar especialmente bem, principalmente por que carecem da disciplina de lucros. Mas as instituições bem sucedidas considerem isso como um fator natural.

Essa definição procura chamar a atenção para as características peculiares das organizações do Terceiro Setor, inclusive para o fato de que elas podem, sim, ser lucrativas, sob a condição de que o lucro não seja apropriado, como ocorre em outros setores, mas, sim, utilizado para viabilizar as atividades fim da organização.

Tabela 1.0 - De acordo com (Rafael, 1999. P.52)

TIPOS	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO
Natureza	Complexo de bens destinados a fins sociais determinados	Para Pessoa Jurídica de fim privado voltado a realização de finalidades culturais, sociais,

		recreativas, etc.
Origem ou forma de criação	<p>Manifestação ou vontade do instituidor, por meio de escritura pública (ou testamento) designado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bens que servirão à futura entidade; e • Quem irá organizá-la 	Ata de aprovação dos estatutos, e eleição dos dirigentes
Aquisição de Personalidade Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> • Labratura de escritura de instituição; • Elaboração de estatuto pelos instituidores; • Aprovação do estatuto pelo Ministério Público; • Registro do estatuto e respectivas atas em cartório 	Registro do estatuto em cartório
Finalidade ou Fins	É permanente, pois, uma vez definida pelo instituidor, não pode ser alterada pelos administradores	Passível de alteração por manifestação dos sócios
Patrimônio	Essencial para a constituição da Fundação, deve ser suficiente e compatível com as finalidades da entidade	Não requer patrimônio prévio para sua criação

Havendo uma dissolução destas entidades o patrimônio não pode ser destinado aos seus associados. YOUNG (2003, p.17) salienta que conforme o artigo 61 do Novo Código Civil “na dissolução de associações, o remanescente de seu patrimônio social, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, deverá ser destinado à entidades de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. E não havendo tal instituição no município, Distrito Federal ou no Território, em que a associação estiver sede, esta deverá destinar seu patrimônio para a Fazenda do Estado, Distrito Federal ou União.”

Para que a filosofia da Entidade prevaleça é preciso que haja harmonia entre os recursos humanos e materiais, conforme explicitados em seus atos constitutivos, tendo em vista sua missão e objetivos.

Tabela 2.0 – Objetivos de Entidades sem Fins Lucrativos e com Fins Lucrativos.

ENTIDADES	OBJETIVO MEIO	OBJETIVO FIM
Sem Fins Lucrativos	Promoção social para alcançar mudanças	Sociedade e/ou indivíduos transformados
Com Fins Lucrativos	Comprar e vender produtos e/ou serviços para com objetivo de obter Lucro	Lucro

7.4 A TRIBUTAÇÃO NO TERCEIRO SETOR

A fim de promover o desenvolvimento e crescimento do Terceiro Setor no país, existe uma previsão no ordenamento jurídico brasileiro a concessão de incentivos fiscais sob a forma de benefícios, ou seja, a imunidade tributária, conferida às entidades de educação e assistência social, sem fins lucrativos, e que atendam aos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional.

A imunidade tributária concedida ao setor isenta o pagamento de imposto de renda, sobre o patrimônio e serviços às instituições de educação e de assistência social, desde que estas apliquem todos os seus recursos no país, na manutenção dos objetivos institucionais e que não distribuam parcela do patrimônio ou rendas como lucro.

A legislação vigente permite que qualquer estabelecimento privado de ensino ou qualquer associação de benefício mútuo atuando em área compatível com “conceituação elevada” possa estar constitucionalmente imune de impostos

As entidades sociais e educativas gozam de imunidade fiscal nos termos previsto pela Lei 9.532/97.

Art. 14. À suspensão do gozo da imunidade aplica-se o disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

As entidades não enquadradas na imunidade constitucional devem recorrer às isenções, que são reguladas por lei ordinária, variando de acordo com a natureza da atividade e do local sede, conforme parágrafo único do Art. 176 do Código Tributário Nacional

Aliomar Baleeiro refere às imunidades como “vedações absolutas ao poder de tributar certas pessoas (subjetivas) ou certos bens (objetivas) e, às vezes uns e outras. (Luciano Amaro, apud Direito, cit., p.84).

Em contraponto Hugo de Brito Machado (2008, p. 282) conceitua “imunidade é o obstáculo decorrente de regra da Constituição à incidência de regra jurídica de tributação. O que é imune não pode ser tributado. A imunidade impede que a lei defina como hipótese de incidência tributária aquilo que é imune. É limitação de competência”.

No entanto não podemos confundir imunidade tributária com isenção, onde nasce a obrigação tributária esta, segundo o art. 175 do CTN, consiste na dispensa legal do pagamento do tributo. Além disso, diferentemente da imunidade, que tem como fonte a Constituição, a isenção possui por fonte a lei ordinária e pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, conforme aduz o art. 178 do CTN.

A Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso VI, estabelece as hipóteses em que é vedada à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de tributos.

Art. 150 da Constituição Federal, inciso VI “c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;”

7.4.1 TRIBUTOS

7.4.1.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)

A Lei 9.532 de dezembro de 1997, em seu artigo 12, devido a ordem da Constituição Federal Brasileira, art. 150, inciso VI, alínea “c”, considera imune as instituições de educação ou de assistência social que preste serviços para a população em geral, em caráter complementar ao Estado, e sem fins lucrativos.

Na mesma lei, art. 15, estipula o que se consideram as instituições isentas

“art. 15 - Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que destinam, sem fins lucrativos.”

Há vários requisitos que a lei estipula e que as instituições terão de atender para poder gozarem destas imunidades.

O enunciado do § 3º, do art. 12. da Lei 9.532/97, estabelece qual as entidades são consideradas sem fins lucrativos:

“a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado integralmente ao incremento de seu ativo imobilizado.”

7.4.1.2 Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

A Contribuição Social sobre o lucro das pessoas jurídicas, instituídas pela lei 7.689, de 15/12/1988, não excluiu expressamente as pessoas jurídicas sem fins lucrativos de seu pagamento.

Entretanto, a Lei 9.532/97, art.15, § 2º, estipula a isenção também para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

7.4.1.3 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Estarão isentas da Cofins as receitas das atividades próprias das instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, desde que tais entidades cumpram todos os requisitos legais para gozo da isenção do IRPJ e da CSLL. A verificação desse enquadramento compete ao próprio contribuinte e independe de prévia manifestação da Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, a solução de consulta instrumento declaratório dessa isenção. Entendem-se por atividades próprias aquelas que não ultrapassam a órbita dos objetivos sociais das entidades sem fins lucrativos, alcançando especialmente as receitas tipicamente auferidas, tais como: doações, contribuições, inclusive a sindical e a assistencial, mensalidades e anuidades recebidas de profissionais inscritos, de associados, de mantenedores e de colaboradores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao custeio e manutenção daquelas entidades e à execução de seus objetivos estatutários.

A partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins as receitas das associações civis sem fins lucrativos a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532 de 10/12/1997, relativas à suas atividades próprias, assim entendidas suas receitas típicas, como as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. As demais receitas, como as decorrentes da prestação de serviços, vendas de mercadorias e ganhos de aplicações financeiras, serão tributadas conforme o disposto nos arts. 2º e 3º, §1º da Lei nº 9.718, de 27 /11/1998.

NOTA: A partir de 28-05-2009 o § 1º do art. 3º da Lei de nº. 9.718/1998 foi revogado pelo art. 79, inciso XII, da Lei de nº. 11.941/2009, quando a COFINS deixou de incidir sobre as receitas que NÃO forem próprias da atividade.

7.5 CONTROLADORIA

Sobre surgimento do controladoria, afirma Beuren (2002, p. 20)

“a controladoria surgiu no século XX nos Estados Unidos, com o objetivo de controlar todos os negócios das empresas relacionadas, subsidiadas e/ou filiais, tendo sido seu desenvolvimento atribuído a três fatores: verticalização, diversificação e expansão geográfica das organizações, como o conseqüente aumento da complexidade de suas atividades o que exigiu outro tipo de controle por parte da controladoria.”

De acordo com Oliveira, Perez Jr e Silva (2004, p. 14), “a controladoria deve exercer um papel preponderante, apoiando e fornecendo subsídios para os diversos usuários, no planejamento e controle das atividades operacionais, comerciais, financeiras, administrativas, tributárias etc”.

Segundo Koliver (2005, p. 15),

“a controladoria pode ser conceituada como um conjunto de princípios, procedimentos e métodos das Ciências da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e principalmente da Contabilidade, que se ocupam da gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para eficácia.”

Para Oliveira (1998, p. 19),

pode-se entender controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de uma determinada entidade, com ou sem finalidades lucrativas.

7.6 FUNDAÇÕES DE APOIO

As Fundações de Apoio são instituições de direito privado instituídas pelo Código Civil – Lei 10.406/2002, veladas pelos Ministérios Públicos Estaduais, credenciadas pelo MEC e MCTI, e integram o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do País.

Segundo artigo publicado no site do COFIES “Atualmente existem 98 Fundações de Apoio credenciadas no CONFIES – Conselho Nacional das Fundações de Apoio as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica. Esse credenciamento pelo MEC e MCTI obriga essas Fundações a serem fiscalizadas também pelos órgãos superiores da universidade apoiada e a prestação de contas regular aos dois Ministérios. A lei que rege as Fundações, Lei 8.958 de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto Nº 7.423 de 14 de dezembro de 2010, em seu artigo 1º autoriza as IFES a celebrar contratos e convênios com as suas Fundações de Apoio com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira”.

Os artigos 218 e 219 da Constituição Federal que tratam sobre Ciência e Tecnologia recentemente foram revistos para que as barreiras burocráticas que envolvem a pesquisa e a inovação fossem reduzidas, para ampliar a interação dos docentes, pesquisadores e alunos das universidades com o setor produtivo e a sociedade em geral.

A contratação dessas Fundações podem ser dispensadas de licitação para executar projetos de pesquisa, ensino ou extensão, embasados pelo art. 24, inciso XIII da lei de licitações e contratos administrativos, a Lei 8.666/83 c/c o art. 1º da lei 8.958/94.

As Fundações sofrem ampla fiscalização de vários órgãos, além do Ministério Público, Conselhos das mesmas e auditorias internas das Universidades.

7.7 Fundação da Universidade do Paraná (FUNPAR)

A FUNPAR teve sua fundação no ano de 1980 uma instituição sem fins lucrativos, de apoio a Universidade Federal do Paraná, tem sua atuação em diversas áreas do conhecimento.

A Fundação participa da gestão técnica, administrativa e financeira de programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, saúde e desenvolvimento institucional. O avanço tecnológico da UFPR se dá por essas parcerias que possibilitam aprimoramento e a qualidade da pesquisa e do ensino no Brasil.

Seus objetivos são: o ensino, a pesquisa, a extensão, o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, a assistência social e de promoção à saúde, a cultura e a proteção ambiental.

Sua missão é promover ações para o desenvolvimento na área de ensino, pesquisa e extensão, apoiando a UFPR e a sociedade.

E por fim seus negócios são a prospecção e gestão de projetos, em síntese esse é negócio da FUNPAR. Para cumprir seu objetivo a Fundação tem que estar apta a prospectar e estabelecer parcerias e atuar na gestão administrativa e financeira necessária a execução destes projetos.

7.7.1 Histórico

Em 1979 o Conselho Universitário da UFPR aprovou de forma unânime a criação da FUNPAR. A decisão foi publicada na Resolução nº 03/79, de 23 de abril daquele ano. O objetivo era estabelecer uma estrutura ágil e flexível, compatível com a dinâmica da produção do conhecimento científico e tecnológico. No entanto, para começar as atividades de apoio à Universidade, era necessário o parecer favorável do Ministério Público, que foi dado no ano seguinte, em 1980, quando a Fundação iniciou suas atividades, no dia 15 de abril.

Outras instituições apoiaram financeiramente a iniciativa e passaram a integrar o Conselho Diretor da FUNPAR: o extinto Banco de Desenvolvimento do Paraná; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; a Federação da

Agricultura do Estado do Paraná; a Federação do Comércio do Estado do Paraná e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Ao longo dos últimos 30 anos a Fundação conseguiu se firmar como um pilar efetivo de apoio à UFPR, na viabilização de recursos, no apoio a projetos de pesquisa, de ensino, de extensão e de desenvolvimento institucional.

7.7.2 Relatório de Atividades

Segundo dados extraídos do site da FUNPAR5:

“O ano de 2014 constituiu-se em um período de aprofundamento do relacionamento da FUNPAR com outras instituições, fortalecendo o papel da Fundação como organização de apoio à UFPR e a sociedade”.

Para isso a FUNPAR tem-se mantido rigorosamente em dia com seus certificados e credenciamentos e tem buscado a melhoria das rotinas de gestão visando a satisfação de seus clientes: pesquisadores e financiadores.

Outra iniciativa da FUNPAR constou da participação da Fundação na INOVATEC – 2014, Feira Nacional de Negócios em Inovação Tecnológica entre empresas, universidades e Instituições de Pesquisa realizada em setembro pela Federação das Indústrias do Paraná – FIEP. A FUNPAR, junto ao espaço da Agência de Inovação da UFPR, pode divulgar a Fundação e seu papel em apoio à UFPR além das palestras técnicas sobre captação, lei de inovação, Inovação no Brasil, etc.

Fruto dos persistentes trabalhos de prospecção desenvolvidos pela FUNPAR foi a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Castro. Em contrato firmado com a Prefeitura, a FUNPAR, por meio de consultores independentes, elaborou o Plano Estratégico de Ocupação Territorial de Castro (PEOT) em uma área de expansão industrial do município. Com a conclusão dos estudos em dezembro, além da equipe de técnicos da prefeitura que foram capacitados durante o processo de execução do projeto, a FUNPAR apresentou os produtos finais que servirão para subsidiar a gestão da cidade na

adequação da infraestrutura, estabelecendo parâmetros urbanísticos que darão suporte à ocupação ordenada e sustentável da região.

A parceria com o município de Castro poderá se estender em 2015 com novos projetos na área de turismo e mobilidade urbana. O trabalho de prospecção de clientes e projetos foi entendida como vital para a sustentabilidade da Fundação. E este trabalho será intensificado a partir de 2015 com a criação de uma unidade específica para a captação visando ampliar ainda mais a carteira de projetos na FUNPAR.

Na gestão de projetos a FUNPAR atua de forma transparente e vem buscando melhorar os mecanismos utilizados para este fim. Um exemplo são os procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal e os editais de licitação, com critérios definidos e ampla divulgação em jornais e no próprio site da Fundação. Na página da FUNPAR, desde 2005, são disponibilizados os Relatórios Anuais de Atividades após a aprovação dos mesmos pelo Conselho Diretor da Fundação.

Já a divulgação dos projetos em apoio à UFPR, firmados e mantidos pela Fundação, conforme previsto na Lei 8.958/94 alterada pela Lei 12.349/10 de 15/12/2010, ocorre desde o início de 2011 motivada pelo contido na MP 495/10 de 19/07/2010.

Com o advento desta Medida Provisória, a FUNPAR iniciou os trabalhos de desenvolvimento de um sistema incluído na página de internet mantida pela Fundação. Desde então, estão disponíveis os dados dos projetos como título, número do instrumento, objetivo, financiador, coordenador e vigência. São incluídos os anexos relativos ao convênio, plano de trabalho, aprovação de contas e demais documentos pertinentes. Além disso, os dados financeiros como demonstrativos e pagamentos realizados a servidores, a pessoas físicas e jurídicas também são disponibilizados.

Em 2015 a FUNPAR faz 35 anos de atividades voltadas ao ensino, a pesquisa, a extensão, o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Foram mais de 4.000 projetos desenvolvidos em apoio à UFPR e, principalmente, à comunidade paranaense, envolvendo mais de três centenas de financiadores públicos e privados.

Foram contratados pela FUNPAR mais de 10.000 colaboradores em regime CLT e outras centenas entre estagiários e profissionais autônomos.

Estes números certamente estão subestimados, considerando que o registro e cadastro dos projetos passou a ser uma ação efetiva em meados dos anos 90 com o crescimento da Fundação.

A categoria de projeto voltada a realização de cursos, nas diversas modalidades (aperfeiçoamento, extensão, especialização, treinamentos, etc), correspondeu a 33,74 % dos projetos apoiados pela FUNPAR, seguida das ações de pesquisa com 28,61% das iniciativas em 2014.

Tabela 3.0 – Projetos por categoria.

TIPO DE ATIVIDADE	TOTAL	%
Adequação de Infraestrutura	13	3,18
Pesquisa	117	28,61
Serviço Técnico Especializado	58	14,18
Extensão	40	9,78
Curso	138	33,74
Evento / Seminário e afins	17	4,16
Concurso	26	6,36
TOTAL	409	100,00

O ano de 2014 foi marcado pela execução de 409 projetos, dos quais 105 são novas iniciativas no período representando um incremento de 17% em relação ao exercício anterior.

Estas ações envolveram a parceria com mais de uma centena de instituições públicas ou privadas, movimentando R\$ 241.753.351,08 no exercício.

Tabela 4.0 – Projetos gerenciados pela FUNPAR em 2014.

SETOR	EXECUTADOS	NOVOS	RECURSOS CAPTADOS
Ciências Agrárias	56	14	9.744.746,96
Ciências Biológicas	20	4	739.140,80
Ciências da Saúde	26	9	1.540.978,75
Ciências da Terra	17	1	2.672.435,56
Ciências Exatas	12	5	8.564.092,72
Ciências Humanas	9	3	4.761.271,86
Ciências Jurídicas	1	0	15.270,38
Ciências Sociais Aplicadas	46	15	3.118.139,62
Educação	20	7	2.984.346,11
Educação Profissional e Tecnológica	4	1	359.323,81
Litoral	7	1	106.478,11
Palotina	4	1	537.132,17
Tecnologia	46	12	22.798.800,42
Pró-Reitorias	58	18	32.695.312,85
Reitoria	9	7	216.934,22
Hosp. Mater. Victor F. do Amaral	2	0	10.601.931,78
Hospital de Clínicas	47	5	46.842.537,03
Hospital do Trabalhador	9	0	67.592.319,46
Hospital do Litoral	2	0	25.548.458,51
Outros	14	2	313.699,96
TOTAL	409	105	241.753.351,08

A incorporação de parcela dos ganhos econômicos corresponde aos valores transferidos ou apropriados para a Universidade no período em decorrência da gestão de projetos pela Fundação de Apoio.

Em atendimento a legislação e de acordo com o percentual definido na Resolução COPLAD 17/11 a FUNPAR transferiu para a UFPR, por meio de GRU, o montante de R\$ 1.563.783,38 a título de ressarcimento para a UFPR, Fundo de Desenvolvimento Acadêmico – FDA e taxas de Setores e Departamentos.

Tabela 5.0 - Demonstrativo de taxas recolhidas para a UFPR em 2014

SETOR	FDA	RESSARCIMENTO	SETOR	DEPTO	TOTAL
Ciências Agrárias	151.292,14	75.646,06	75.230,06	90.355,59	392.523,85
Ciências Biológicas	580,51	290,25	290,25	290,25	1.451,26
Ciências da Saúde	9.627,77	4.776,94	2.653,76	2.616,82	19.675,29
Ciências da Terra	11.478,12	5.738,86	5.738,86	5.738,86	28.694,70
Ciências Exatas	110.098,41	55.047,61	55.047,61	55.047,61	275.241,24
Educação	9.630,62	4.815,32	4.815,32	4.815,32	24.076,58
Pró-Reitorias	3.089,09	1.544,54	679,60	679,60	5.992,83
Tecnologia	326.451,07	163.225,52	163.225,52	163.225,52	816.127,63
TOTAL	622.247,73	311.085,10	307.680,98	322.769,57	1.563.783,38

No atendimento à legislação e aos termos contratuais dos projetos em execução no exercício foram apresentadas 209 prestações de contas, atendidas 215 diligências e 21 projetos receberam aprovação das contas emitidas pelos órgãos financiadores.

Tabela 6.0 – Prestações de Contas

INSTITUIÇÃO	PRESTAÇÃO DE CONTAS	DILIGÊNCIAS	CONTAS APROVADAS
Fundação O Boticário	1	5	-
FINEP	2	22	8
Itaipu Binacional	1	-	-
Ministério da Cultura	1	1	-
Petrobrás	15	47	6
Frade Japão Petróleo Ltda	12	14	-
Sebrae	2	-	-
Tribunal de Contas do Estado do Paraná	32	13	7
UFPR	143	113	-
TOTAL	209	215	21

7.7.3 A Controladoria na FUNPAR

A controladoria da FUNPAR foi criada no mês de Outubro de 2014, com o objetivo de facilitar a gestão da organização e de seus setores, promover um constante monitoramento das atividades da organização, realizar o levantamento da Matriz de Risco, buscando levantar todas as possíveis ameaças à organização. A unidade está em fase de levantamento de processos e indicadores que serão balizadores dos processos de gestão e decisão da FUNPAR, tendo como suas principais atribuições:

- Avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Criação do Centro de Custo por Unidade da FUNPAR, tendo por base as despesas e receitas do ano de 2014;
- Fiscalizar as áreas fim e meio, com relação as atividades desenvolvidas e informações prestadas a usuários externos;
- Avaliar e fiscalizar a gestão da contabilidade tributária, gerencial e de custos;
- Avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e despesas aplicadas nos projetos que são controlados pela FUNPAR;
- Avaliar e criar a Matriz de Risco da FUNPAR, vislumbrando os possíveis riscos nas atividades desempenhadas pela entidade;
- Propor normatização e padronização de procedimentos;
- Responsável pela liberação de informações a usuários externos de relatórios, balancetes, entre outros;
- Reportar a Diretoria da entidade, possíveis desvios ou ocorrências que estejam fora dos padrões estabelecidos.

Como principais instrumentos para auxílio a controladoria, será efetuada a criação de KPI's, BSC, Simulações de Cenários, etc..

7.7.4 O *Controller* na FUNPAR

Segundo artigo publicado por Nilson Leal⁵

“O *Controller* é um profissional pago para analisar os números, reunindo todas as informações quantitativas necessárias como, rentabilidade, taxas, investimentos, resgates, despesas, captação, custo, empréstimos, riscos, Cash Flow e etc. Tem pleno conhecimento da vida financeira da empresa. O "Controller" promove o conhecimento do conjunto de todas as variáveis relacionadas ao abrangente campo da controladoria organizacional, consolidando uma visão estratégica e integrada da gestão de finanças e controladoria empresarial, buscando a relação entre os diversos desempenhos da empresa. Ele sabe exatamente tudo o que ocorre na organização”.

As Funções do *Controller* na FUNPAR são:

- Sistematizar os processos de trabalho com a finalidade de conhecer, organizar, controlar os procedimentos internos, dentro da visão da controladoria;
- Estabelecer, elaborar e apresentar os relatórios avaliativos mensais;
- Orientar a equipe de outras áreas quanto aos ajustes necessários nos processos com vistas à eficiência operacional;
- Gestão do departamento ou área de Controladoria;
- Reportar a Diretoria da entidade, possíveis desvios ou ocorrências que estejam fora dos padrões estabelecidos.

⁵ Artigo: O CONTROLLER DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES, acessado em 01/06/2015
<http://www.administradores.com.br/producao-academica/o-controller-dentro-das-organizacoes/1195/>

O papel do controller tem uma parte rotineira e de processos, particularmente em relação às atividades de final de mês e aos reportes estatutários. No entanto, pode ser bastante desafiador e interessante. Relatórios são apenas uma pequena parte de sua função, um controller também pode ser responsável por tesouraria, tributos, planejamento financeiro e pelo relacionamento com as áreas de negócios.

O Controller é o responsável pelo departamento da Controladoria, tendo a missão de reunir, analisar, conferir e preparar os registros de todos os setores da empresa para apresentá-los aos diretores para que se tomem decisões de acordo com os objetivos planejados pela Entidade.

Profissão extremamente essencial e intelectual das Ciências Contábeis que deve ser focada ou assumida como filosofia de atuação profissional para cada área da Ciência a qual escolhemos fazer parte.

De suma importância é o principal executivo da área de contabilidade administrativa. O Controller deve realmente controlar a empresa, através de relatórios, interpretando dados pertinentes, deve exercer uma força ou influência ou projetar uma atitude que impele a administração rumo a decisões lógicas e compatíveis com os objetivos da Entidade.

Função que tem se destacado nas áreas de Contabilidade Gerencial e Finanças e se identifica como parte vital do gerenciamento das empresas.

O Controller é a fonte interna da empresa, e entender todas as operações da mesma e manter a mente aberta para desenvolver sugestões concretas baseadas em seus conhecimentos e análises é fundamental.

Esse profissional é de fato um dos poucos gerentes que tem a visão necessária para avaliar os fatos imparcialmente e objetivamente como consultor de alta administração nas decisões importantes da Instituição.

A eficiência do Controller ao administrar a FUNPAR e os recursos que estarão envolvidos fortalecem a tomada de decisão.

8. CONCLUSÃO

As entidades do Terceiro Setor desempenham um importante papel social no atual contexto, uma vez que são agentes de mudança. Tais entidades têm características próprias que as diferenciam das demais organizações. Dessa maneira é necessário que se desenvolvam procedimentos gerenciais especiais para essas entidades.

O desenvolvimento do terceiro setor brasileiro é importante não só para as próprias organizações interessadas mas também para toda a sociedade que enxerga em seu desenvolvimento uma via segura para a solução de problemas sociais.

A controladoria na FUNPAR tem por objetivo facilitar a gestão da organização e de seus setores, promover um constante monitoramento das atividades da organização, realizar o levantamento da Matriz de Risco, buscando levantar todas as possíveis ameaças à organização.

Para assegurar esses controles a Entidade conta com um *Controller* que sistematiza os processos para elaboração de relatórios que facilite a tomada de decisão da diretoria.

A controladoria tem uma função essencial dentro dessas entidades e sem elas o Terceiro Setor não teria evoluído tanto, pois ela é a base, o alicerce dessa evolução que tem seu papel exemplar de fiscalizar, controlar, gerenciar para que nada saia errado e ocorram fraudes. Sem dúvida esse é um fator que vai crescer muito no nosso país com o decorrer dos anos, e cada vez mais representantes se preocuparam com os benefícios extraordinários que isso pode provocar na sociedade e a grandeza que pode garantir um planeta muito melhor.

9. CRONOGRAMA:

	I Semestre 2014	II Semestre 2014	I Semestre 2015
Definição do Tema	X		
Elaboração dos instrumentos de pesquisa		X	
Coleta de dados		X	
Análise e discussão dos dados			X
Orientações			X
Entrega			X

10. REFERÊNCIAS:

10.1 SITES PESQUISADOS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm - Presidencia da República Casa Civil

<http://www.abong.org.br/publicacoes.php?p=11> – Cadernos Abong

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm> - Portal de Contabilidade

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5001 - Citação de Gil Braga e Daniela Oliveira. Fundações Públicas: Breves Comentários

<http://terceiro-setor.info/associacoes-e-fundacoes.html> - Terceiro-setor.info – Associações e Fudações

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/entidades-de-assistencia-social> - MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9532.htm - Presidencia da República Casa Civil

<http://www.administradores.com.br/producao-academica/o-controller-dentro-das-organizacoes/1195/> -Artigo: O CONTROLLER DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

10.2 Obras Pesquisadas

ASKOVA, McKINSEY& COMPANY, INC. Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócios para organizações sociais. São Paulo:Peirópolis, 2001.

BEUREN, I. M. O papel da controladoria no processo de gestão. Porto Alegre:Bookman, 2002.

CARVALHO, Nanci Valadares. Cadernos Abong. ONGs identidades e desafios atuais. Nº 27, São Paulo:Editora Autores Associados, 2000.

CORREA, Maria Laetitia (orgs.). Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas. São Paulo:Saraiva, 2006.

KOLIVER, Olívio. A Contabilidade e a Controladoria, tema atual e de alta relevânciapara profissão contábil. Revista do Conselho Regional do Rio Grande do Sul, PortoAlegre-RS, v.15, n. 8, p.15-39, mar./abr. 2005.

LIGHT, Paul C. Pathways to monprofi excellence. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

MILANI FILHO, Marco Antônio F. A função da controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

MILANI FILHO, Marco A. F. et al. Proposta de um modelo conceitual de controle gerencial às organizações do terceiro setor. Anais do IX Congresso Internacional de Custos. Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Luís Martins de. Controladoria: conceitos e aplicações. São Paulo:Futura, 1998.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria Estratégica. Textos e Casos Práticos com Solução.São Paulo:Altas, 2008.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor regulamentação no Brasil. 4º Edição, São Paulo:Peirópolis, 2000.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Entidades sem fins lucrativos. Curitiba, Editora Juruá, 2003.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

[Regulamento](#)

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. [\(Vide Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o [art. 192 da Constituição Federal](#).

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. [\(Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002\)](#)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos [arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil](#).

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

Art. 15-A. [\(Vide Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 15-B. [\(Vide Lei nº 13.019, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.3.1999

*

ESTATUTO FUNPAR

TÍTULO I

DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º - A Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, pessoa jurídica de direito privado, instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, constituída por escritura pública lavrada em 02.04.1980 no Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Curitiba, PR, às fls. 039 do Livro 610, registrada em 15.04.1980 sob número de ordem 3.024 no Livro “A-2” de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, PR, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, a seguir denominada simplesmente FUNPAR, tem prazo de duração indeterminado e se rege por este Estatuto, pela legislação aplicável e pelas normas complementares que venham a ser editadas pelos órgãos competentes, nos limites das suas atribuições.

Parágrafo Único - A FUNPAR é instituída pelas seguintes pessoas jurídicas de direito público e privado:

- a - Universidade Federal do Paraná
- b - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- c - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
- d - Federação do Comércio do Estado do Paraná

e - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Art. 2º A FUNPAR é uma entidade de apoio à Universidade

Federal do Paraná – UFPR que tem por objetivos:

a - promover e apoiar a execução de programas e eventos

de ensino, de pesquisa, de extensão, de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de assistência social e de saúde, atividades culturais, de caráter social, de filantropia e de proteção ambiental, de acordo com as políticas estabelecidas pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Paraná;

b - viabilizar recursos técnicos, gerenciais e/ou financeiros

para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de instituições de ensino e pesquisa, conveniadas com a Universidade Federal do Paraná;

c - conceder bolsas de estudo e pesquisa, a nível de

graduação e pós-graduação em programas de ensino, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico;

d - colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos

públicos e privados em programas administrativos, científicos e tecnológicos e na promoção da integração ao mercado de trabalho e em atividades de amparo às crianças, adolescentes e idosos carentes, bem como de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, inclusive no fomento de práticas desportivas;

e – desenvolver atividades técnicas, de consultoria, científicas e administrativas, para instituições públicas ou privadas, podendo, inclusive, contratar pessoal (especializado ou não), para atender às finalidades propostas;

f – produzir e executar serviços de radiodifusão em todas as suas modalidades, sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos, culturais, científicos e beneficentes.

§ 1º - Para cumprir estes objetivos, a FUNPAR poderá:

a - firmar acordos, convênios, ajustes ou contratos com a Universidade Federal do Paraná e outras entidades, públicas ou privadas, para a consecução das atribuições previstas neste artigo segundo;

b - utilizar-se de pessoal e bens da Universidade Federal do Paraná, mediante instrumento legal próprio, para execução dos programas, em consonância com normas da mesma, visando a integração com a comunidade;

c – criar Escritórios Administrativos, Agências ou Sucursais dentro do Território Nacional ou fora dele.

§ 2º - O Regimento Interno da FUNPAR regulamentará o exercício das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos previstos neste artigo.

Art. 3º - A FUNPAR caracteriza-se por:

I - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado

operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

II – aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

III – não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – não perceberem seus instituidores, conselheiros, diretores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

V – não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;

VI – prestar serviços gratuitos e permanentes aos beneficiários, sem qualquer discriminação de clientela;

VII – ser a sua escrituração contábil e as demais previstas em lei efetuadas com rigorosa exatidão e mantidas em livros e documentos próprios;

VIII – observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IX – apresentar, anualmente, parecer de auditoria externa independente;

X - atender aos demais dispositivos legais definidores das entidades de assistência social, ou a elas pertinentes.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO

Art. 4º - A estrutura da FUNPAR compreende:

a - ÓRGÃO DELIBERATIVO:

Conselho Diretor;

b - ÓRGÃO EXECUTIVO:

Diretoria Executiva.

C A P Í T U L O I

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 5º - O Conselho Diretor, órgão máximo da FUNPAR, compõe-se de dez membros.

Art. 6º - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná e os Presidentes das demais entidades instituidoras, mencionadas no Parágrafo Primeiro do artigo 1º, são membros natos do Conselho Diretor.

§ 1º - A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Reitor, efetivo ou em exercício, da Universidade Federal do Paraná.

§ 2º - Em caso de ausência, os presidentes das demais entidades instituidoras poderão se fazer representar.

Art. 7º - Os demais membros do Conselho Diretor serão

designados da seguinte forma:

a - o Reitor da Universidade Federal do Paraná indicará 02

(dois) membros;

b - o Conselho Universitário da Universidade Federal do

Paraná também indicará 02 (dois) membros.

§ 1º - Os membros do Conselho Diretor designados na forma das alíneas precedentes terão mandato de até 02 (dois) anos, facultada a recondução.

§ 2º - O Reitor fará as designações previstas na alínea "a" até dois meses após sua posse, ocasião em que se extinguirão os mandatos dos Conselheiros anteriormente nomeados pela mesma forma.

§ 3º - Em caso de vacância de cargo no Conselho Diretor será indicado substituto que cumprirá o restante do mandato do substituído.

Art. 8º - São atribuições do Conselho Diretor:

a - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno da FUNPAR, os regulamentos e demais atos das autoridades competentes;

b - eleger, com antecedência mínima de um mês antes do término do mandato, o Diretor Superintendente para o mandato seguinte, dando-lhe posse;

c - referendar e empossar os Diretores de Programas, de Administração e Finanças e de Recursos Humanos, a serem indicados

pelo Diretor Superintendente, ouvido o Reitor da Universidade Federal do Paraná;

d - destituir qualquer membro da Diretoria Executiva;

e - deliberar sobre a aceitação de doações com encargos;

f - aprovar o Regimento Interno, o plano de trabalho da

FUNPAR e a proposta orçamentária, procedendo às revisões

eventualmente necessárias, durante o exercício correspondente;

g - deliberar sobre os relatórios finais e de prestação de

contas relacionados com o balanço geral da FUNPAR, relativos a cada exercício;

h - determinar, ao fim de cada exercício, a parte dos

resultados líquidos a ser incorporada ao Fundo Patrimonial da FUNPAR;

i - deliberar sobre os casos omissos.

Parágrafo Único - As matérias constantes das alíneas "b", "c", "d",

"g", "h" e "i" só poderão ser decididas com a presença de, no mínimo, 6 (seis) membros do Conselho Diretor.

Art. 9º - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho

Diretor serão convocadas por escrito e individualmente, pelo Presidente, ao qual compete o voto e, em caso de empate, também o voto de qualidade.

§ 1º - O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente a cada

90 (noventa) dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 2º - O Conselho Diretor, salvo o disposto no Parágrafo

Único do Artigo 8º e nos Artigos 29 e 30, deliberará com qualquer número de membros.

§ 3º - A falta dos membros do Conselho Diretor, designados na forma do Art. 7º, sem relevante justificativa escrita, a 03 (três) reuniões ordinárias e sucessivas, implica na automática perda do mandato.

§ 4º - O Diretor Superintendente comparecerá às reuniões do Conselho Diretor, tomando parte em suas discussões, sem direito a voto.

C A P Í T U L O I I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 10 - A Diretoria Executiva da FUNPAR compreende:

a - DIRETOR SUPERINTENDENTE

b - DIRETOR DE PROGRAMAS

c - DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

d - DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

Parágrafo Único - O mandato da Diretoria Executiva é de dois anos, permitidas a reeleição do Diretor Superintendente e a recondução dos demais Diretores.

Art. 11 - São atribuições da Diretoria Executiva:

a - praticar todos os atos necessários ao efetivo

funcionamento da FUNPAR, observando sempre o que dispõem o

Estatuto e o Regimento Interno;

b - deliberar sobre os trabalhos a serem executados pela FUNPAR e, quando for o caso, submetê-los ao Conselho Diretor;

c - cumprir e fazer cumprir as determinações do Conselho Diretor;

d - estabelecer as políticas de pessoal e salarial dos empregados da FUNPAR;

e - responsabilizar-se pelo patrimônio da FUNPAR;

f – observado ao que dispõe a alínea “c” do parágrafo 1º

. do

artigo 2º

o

. do Estatuto, deliberar sobre a criação ou instituição de

Escritórios Administrativos, Agências ou Sucursais dentro do Território

Nacional ou fora dele, “ad referendum” do Conselho Diretor;

g - elaborar e propor ao Conselho Diretor o Regimento

Interno da FUNPAR.

§ 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Diretor Superintendente ou pelo Presidente do Conselho Diretor e, ordinariamente, nas épocas determinadas pelo Regimento Interno e deliberará pelo voto da maioria dos seus membros.

§ 2º - Ao Diretor Superintendente cabe o voto e o voto de

qualidade.

Art. 12 - Todos os atos que gerem obrigações para a FUNPAR deverão, obrigatoriamente, conter a assinatura do Diretor Superintendente ou, nas suas ausências, faltas e impedimentos, a assinatura do Diretor de Programas ou do Diretor de Administração e Finanças ou do Diretor de Recursos Humanos.

Art. 13 - São atribuições do Diretor Superintendente:

- a - ouvido o Presidente do Conselho, indicar ao Conselho Diretor os Diretores de Programas, de Administração e Finanças e de Recursos Humanos;
- b - representar a FUNPAR em juízo e fora dele;
- c - convocar as reuniões de Diretoria;
- d - dirigir e supervisionar as atividades da FUNPAR;
- e - praticar os atos necessários à administração da FUNPAR, organizando-lhe os serviços;
- f - admitir e demitir pessoal técnico e administrativo, com o referendo do Diretor da área;
- g - movimentar, em conjunto com o tesoureiro, as contas mantidas junto a estabelecimentos bancários, bem como, determinar pagamentos, podendo delegar, formalmente, estas atribuições;
- h - assinar acordos, convênios, ajustes e contratos, previamente aprovados pela Diretoria, em conjunto com o Diretor de Programas ou de Administração e Finanças ou de Recursos Humanos,

na forma do artigo 14, alínea g, do artigo 15, alínea f e do artigo 16, alínea e;

i - apresentar, por ocasião das reuniões ordinárias do Conselho Diretor, a relação dos convênios, ajustes e contratos assinados no período;

j - apresentar ao Conselho Diretor o plano de trabalho e o orçamento-programa aprovado pela Diretoria Executiva para cada exercício, assim como o relatório anual das atividades do exercício anterior;

l - apresentar ao Conselho Diretor, durante o exercício, modificações, caso necessárias, no plano de trabalho e no orçamento;

m - exercer as atividades que não estejam expressamente determinadas aos outros Diretores e que sejam de alçada da Diretoria Executiva.

Art. 14 - São atribuições do Diretor de Programas:

a - apresentar, para aprovação da Diretoria Executiva, o plano de trabalho para o exercício subsequente;

b - coordenar a elaboração do relatório anual de atividades do exercício anterior;

c - apresentar, mensalmente, à Diretoria Executiva, um relatório sobre o andamento dos acordos, convênios, ajustes ou contratos em execução;

d - manter controle dos programas, assegurando a

qualidade e a pontualidade de execução;

e - estimular os pesquisadores e docentes da Universidade Federal do Paraná a apresentarem trabalhos de interesse para a FUNPAR e controlar os seus desempenhos;

f - avaliar os programas, levando em conta o nível técnico de execução e a compatibilidade com os objetivos propostos, apresentando os resultados à Diretoria Executiva;

g - assinar, juntamente com o Diretor Superintendente, todos os contratos, convênios ou acordos de cooperação técnica, científica ou cultural;

h - estimular a publicação, em revistas ou órgãos especializados, dos resultados dos trabalhos executados;

i - elaborar, anualmente, proposta à Diretoria Executiva para a fixação de uma política de programas, assim como, de uma estratégia para a sua concretização;

j - zelar pela adequada aplicação dos recursos vinculados a cada programa;

l - movimentar, com o Tesoureiro, as contas bancárias, em substituição ao Diretor Superintendente ou Diretor de Administração e Finanças ou Diretor de Recursos Humanos, em suas ausências, faltas ou impedimentos;

m - substituir o Diretor Superintendente ou o Diretor de Administração e Finanças ou o Diretor de Recursos Humanos em suas

ausências, faltas ou impedimentos.

Art. 15 - Ao Diretor de Administração e Finanças compete:

a - elaborar o orçamento-programa;

b - acompanhar a execução orçamentária e financeira;

c - coordenar o balanço anual;

d – movimentar, com o Tesoureiro, as contas bancárias, em substituição ao Diretor Superintendente;

e - substituir o Diretor Superintendente ou o Diretor de

Programas ou o Diretor de Recursos Humanos em suas ausências, faltas ou impedimentos;

f - assinar, em conjunto com o Diretor Superintendente, os

convênios, contratos e acordos de natureza administrativa da FUNPAR;

g – gerenciar a administração interna da FUNPAR, exceto

aquelas referidas no art. 13 e no art. 16.

Art. 16 – São atribuições do Diretor de Recursos Humanos:

a – planejar, normatizar e acompanhar as políticas de

recursos humanos e salarial dos empregados da FUNPAR estabelecidas pela Diretoria Executiva;

b – propor diretrizes e encaminhar soluções na área de recursos humanos;

c – movimentar, com o Tesoureiro, as contas bancárias, em

substituição ao Diretor Superintendente ou Diretor de Programas ou

Diretor de Administração e Finanças, em suas ausências, faltas ou

impedimentos;

d – substituir o Diretor Superintendente ou o Diretor de Programas ou o Diretor de Administração e Finanças, em suas ausências, faltas ou impedimentos;

e – assinar em conjunto com o Diretor Superintendente as contratações e rescisões de contratos de pessoal.

C A P Í T U L O I I I

DO PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 17 - O regime de trabalho dos empregados da FUNPAR é o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único - O Regimento Interno da FUNPAR preverá a existência de um Tesoureiro e, se necessário, de Gerentes, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

T Í T U L O I I I

DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DOS RENDIMENTOS E

DO REGIME FINANCEIRO

C A P Í T U L O I

PATRIMÔNIO

Art. 18 - O patrimônio da FUNPAR compõe-se:

a - dos bens com que foi dotada inicialmente, nos termos da sua escritura pública de constituição;

b - dos resultados operacionais;

- c - dos donativos;
- d - das doações e legados;
- e - dos imóveis, títulos públicos e particulares, móveis e utensílios que venha a possuir;
- f - das participações como acionista de sociedade por ações;
- g - de outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - Os bens da FUNPAR, constitutivos do seu patrimônio, serão inventariados anualmente na forma disposta no Regimento Interno, não podendo ser utilizados ou aplicados senão na consecução dos objetivos previstos no Artigo 2º e observado o disposto no artigo 3º deste Estatuto.

Art. 19 - A aquisição, permuta ou alienação de bens imóveis deverá sempre ser autorizada pelo Conselho Diretor da FUNPAR.

Parágrafo Único - O Ministério Público deverá ser ouvido nos casos de alienação e permuta de bens imóveis e de constituição de ônus reais sobre os mesmos.

Art. 20 - A aceitação de doação ou legado com encargo, dependerá de prévia autorização do Conselho Diretor.

Art. 21 - O Fundo Patrimonial de que trata a alínea “h” do artigo 8º deverá ter seus recursos depositados em estabelecimentos bancários de pública e notória idoneidade, só podendo ser utilizado mediante prévia autorização do Conselho Diretor da FUNPAR.

CAPÍTULO II

RECEITAS / RENDIMENTOS

Art. 22 - Constituem receitas e rendimentos ordinários da

FUNPAR:

- a - os provenientes dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- b - os juros bancários;
- c - as rendas próprias dos imóveis de sua propriedade;
- d - as rendas constituídas por terceiros em seu favor;
- e - os usufrutos constituídos em seu favor;
- f - os produtos de convênios, contratos ou acordos que celebrar;
- g - remuneração por atividades desenvolvidas;
- h - as subvenções anuais que sejam estabelecidas em seu favor.

Art. 23 - Constituem receitas e rendimentos extraordinários da

FUNPAR:

- a - as subvenções eventuais que receber dos poderes públicos;
- b - as doações feitas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pessoas naturais;
- c – outras receitas eventuais.

CAPÍTULO III

REGIME FINANCEIRO

Art. 24 - O Diretor Superintendente apresentará ao Conselho Diretor, nos prazos fixados pelo Regimento Interno, a proposta orçamentária para o exercício subsequente.

Parágrafo Único - O Conselho Diretor deliberará sobre a proposta orçamentária no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, antes daquele legalmente estabelecido para o encerramento do exercício financeiro.

Art. 25 - A Diretoria Executiva apresentará a prestação de contas anual, até o final do mês de março do ano seguinte, ao Conselho Diretor, que a aprovará ou rejeitará no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento.

§ 1º - A prestação de contas conterá os seguintes elementos:

- a - balanço patrimonial;
- b - demonstração do resultado do exercício;
- c - demonstração das origens e aplicações dos recursos;
- d - notas explicativas às demonstrações financeiras;
- e - relatório de atividades.

§ 2º - Após a deliberação do Conselho Diretor, as contas serão devolvidas à Diretoria Executiva, que as submeterá ao Ministério Público.

§ 3º - Aprovadas as contas, a Diretoria Executiva fica autorizada a publicá-las no relatório anual da FUNPAR.

§ 4º - Além da prestação de contas anual, deverá ser enviado aos Conselheiros um balancete contábil mensal.

Art. 26 - Havendo disponibilidade financeira, o Conselho Diretor poderá autorizar, por meio de crédito adicional, a realização de despesas não previstas no orçamento, desde que necessárias e inadiáveis.

Art. 27 - O Conselho Diretor votará dotações globais para a realização de planos de trabalho cujas execuções excedam a um exercício financeiro.

Art. 28 - O exercício financeiro da FUNPAR inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro do mesmo ano.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - Este Estatuto somente poderá ser alterado por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Diretor, sendo submetido, posteriormente, à aprovação do Ministério Público.

§ 1º - É vedada a alteração, assim como a inclusão de dispositivos que contrariem os objetivos da FUNPAR.

§ 2º - Ao Presidente do Conselho Diretor é reservada a prerrogativa de veto.

§ 3º - Os instituidores, conselheiros e diretores não são

solidariamente responsáveis pelas obrigações ou compromissos assumidos pela FUNPAR.

§ 4º - Quando a alteração do Estatuto não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da FUNPAR, ao submeterem o Estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

T Í T U L O V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 30 - Em caso de extinção da FUNPAR, nos casos previstos em lei ou por decisão unânime do Conselho Diretor, presentes todos os seus integrantes, o seu patrimônio reverterá à Universidade Federal do Paraná.